

Sem Terra ocupam e põem fogo na ferrovia da Vale, em Parauapebas

(Foto: Reprodução) – Ação estaria sincronizada com movimentos sociais de outros dez municípios da Estrada de Ferro Carajás; entre as reivindicações, a construção de 10 mil casas em Parauapebas

Desde as 5h desta terça-feira (3), membros do Movimento Sem Terra (MST) ocupam a Estrada de Ferro Carajás (EFC), no município de Parauapebas, reivindicando investimentos da mineradora Vale na reforma agrária.

Segundo nota do MST, a ocupação da ferrovia faz parte de uma mobilização interestadual envolvendo movimentos sociais de 11 municípios no Corredor da EFC, entre Parauapebas (PA) e São Luís (MA), com objetivo de defender os direitos do povo que estão sendo negados pela mineradora Vale, como parte da Jornada de Luta por Direitos e Reforma Agrária Popular.

Veja, abaixo, íntegra da nota:

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem a público comunicar sua adesão as mobilizações que estão em processo de construção em 11 municípios no Corredor da Estrada de Ferro Carajás entre Parauapebas-Pará e São Luís, no Maranhão, com objetivo de defender os direitos dos povos que estão sendo negados pela companhia Vale, assim como pelos prefeitos, governadores e pelo governo federal, que transformam a riqueza da nação em privilégio para o enriquecimento de poucos e a abundância de pobreza e miséria para a maioria.

Denunciamos a mineradora Vale, maior latifundiária da região

norte, responsável pelos impactos ambientais e sociais que assolam milhares de famílias na região devido às suas atividades.

A empresa é responsável pelos maiores crimes ambientais no Brasil, os impactos ambientais e famílias na região.

Queremos que a empresa possa atender as demandas das famílias atingidas pela mineração.

Frente à crise econômica e social que recai sobre os pequenos, entendemos que nunca foi tão urgente a repactuação sobre a distribuição da riqueza do subsolo de nossa pátria, e como filhos e filhas desta nação, viemos denunciar e exigir um conjunto de medidas:

1- A imediata devolução de terras não mineráveis sob posse ilegal da empresa Vale para fins de Reforma Agrária, assim como a aquisição de mais de 100 mil hectares de terras para assentar famílias acampadas e cadastradas pelo INCRA:

2- A criação de um Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico, sob controle social dos recursos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), para o enfrentamento as mazelas provocadas pelo modelo mineral:

3 – Adoção imediata de um programa de habitação popular para a construção e 10.000 casas, para fazer frente ao déficit de moradias em Parauapebas;

4 – Criação de um programa de transferência de renda no valor de R\$ 1.000,00 por família em situação de vulnerabilidade social, em especial as famílias chefiadas por mulheres;

5 – Investimento massivo em programas de reflorestamento, recuperação de nascentes e da adoção da agroecologia em larga escala, nos municípios direta e indiretamente atingidos pela mineração;

6 – Pagamento imediato da CFEM e de outros tributos, fruto de

sonegação fiscal ou práticas semelhantes que sejam destinados para os cofres públicos de todos os municípios que são direta e indiretamente atingidos pela mineradora Vale.

7 – Reparação pelas tragédias ambientais provocadas pela mineradora Vale, em especial as vítimas de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais.

8 – Criação de uma força tarefa dos governos federal, estadual e municipal com a participação dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal para tratar dos desdobramentos dos pontos acima citados”.

A Reportagem do Blog do Zé Dudu pediu posicionamento da Vale sobre a ocupação e as medidas que devem adotar sobre o caso.

Nota da Vale

“A Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi interditada por manifestantes do MST na madrugada desta terça-feira (3/12), em Parauapebas. As reivindicações não têm relação com a operação ferroviária da Vale. Devido ao ato de abrupta interdição, a viagem do Trem de Passageiros, no sentido Parauapebas (PA) – São Luís (MA) teve que ser suspensa por questão de segurança. A circulação de trens de carga também foi impactada. A Vale reitera seu compromisso com a segurança das pessoas e com as operações e adotará as medidas legais cabíveis. Os passageiros podem remarcar o bilhete ou pedir o reembolso do valor investido na compra da passagem no prazo de até 30 dias. Mais informações podem ser solicitadas por meio do canal Alô Vale (0800 285 7000).”

Fonte: Author, Thais Carrança e Mariana Schreiber e **Publicado Por:** <https://www.adeciopiran.com.br> em 05/12/2024/17:06:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato (93)98117- 7649 e-mai: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>